

## Entre o imperativo do arquivo e a retórica bandeirante: a constituição de um saber científico para a invenção do paulista

Between the archive imperative and the bandeirante rhetoric:  
the constitution of a scientific knowledge for the invention of  
the Paulista

**Karina Anhezini** <sup>a</sup>

E-mail: [karina.anhezini@unesp.br](mailto:karina.anhezini@unesp.br)

<https://orcid.org/0000-0001-6952-4601> 

<sup>a</sup> Universidade Estadual Paulista,  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,  
Departamento de História, Franca, SP, Brasil

## RESUMO

O presente texto analisa a história da construção de um saber que, para se estabelecer, necessitou da montagem de um arquivo. Esse saber será apresentado por meio da análise do *Curso de Bandeirologia*, ministrado na cidade de São Paulo no ano de 1946. No decorrer da narrativa, o leitor terá contato com fragmentos dos gestos arquivísticos e com a repetição de enunciados que resultaram na constituição da *retórica bandeirante*, um campo discursivo empenhado em criar e fazer crer em uma explicação para a História do Brasil dependente e ancorada nos acontecimentos delimitados pela história das bandeiras paulistas, que se procura consolidar como uma nova historicidade para o Brasil.

## PALAVRAS-CHAVE

Retórica. Arquivo. Historicidade.

## ABSTRACT

This text analyzes the history of the construction of a knowledge established through the assembly of an archive. This knowledge will be presented by analyzing a course on *bandeirologia* (the science of expeditions towards inner country), offered in 1946 in the city of São Paulo. During the narrative, the reader will come across fragments of archival gestures and the repetition of statements that resulted in the constitution of a *bandeirante* (explorer) rhetoric. Such discourse was committed to provide a new historicity for Brazil, creating and making believe in a History of Brazil dependent on and grounded in events delimited by the history of São Paulo's expeditions to the countryside.

## KEYWORDS

Rhetoric. Archive. Historicity.

"Se o passado (ao ter lugar e forma em um momento decisivo no decorrer de uma crise) é recalçado, ele retorna, mas sub-repticiamente, ao presente do qual havia sido excluído".  
(CERTEAU, 2011)

## Um surto de estudos sobre o passado paulista

No início da segunda metade do século XX, Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) se dedicou a avaliar a "Cultura brasileira", ou, mais precisamente, a "situação do pensamento histórico no Brasil" durante aquele meio século. No texto "O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos" (HOLANDA, 2008, p. 601)<sup>1</sup>, Holanda cria um rol de 104 autores, sendo 102 homens e apenas duas mulheres, Lídia Besouchet (1908-1997)<sup>2</sup> e Alice Piffer Canabrava (1911-2003)<sup>3</sup>. Com um volumoso número de obras citadas, o autor se esforça para estabelecer o limite disciplinar e classificar, tipificar estas obras a fim de agrupá-las, de ordená-las de um modo que pudesse fazer sentido aquele imenso material para os leitores do *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro em 1951.

Com algumas definições bastante precisas para os meios universitários daquela década e outras, nem tanto, o autor destaca que naqueles 50 anos de pensamento histórico tivemos no Brasil obras no terreno da investigação e da informação erudita; textos mais exatos e completos referentes à fase inicial da ocupação do solo; a divulgação de documentos capazes de abrir novo sulco para estudos de história social ou econômica, e não apenas política, bélica e genealógica; ensaios de investigação e interpretação social; obras de fundo biográfico; História Regional ou estudos regionais; História Econômica; História financeira e monetária e um surto de estudos sobre o passado paulista.

Dentre tantas produções entre estudos, ensaios e histórias, Sérgio Buarque de Holanda classifica um rol de produções como "um surto de estudos sobre o passado paulista". O que seria um surto no pensamento histórico? Um aumento acima do "normal" de estudos históricos relacionados ao passado de São Paulo ou algum tipo de

<sup>1</sup> Publicações recentes têm revisitado esse texto com objetivos variados: GOMES, 2009; PEREIRA; SANTOS, 2010; GUIMARÃES, 2011; FALCON, 2011; NICODEMO; PEREIRA, SANTOS, 2018. Para análises a respeito da vida e obra de Holanda: MONTEIRO; EUGÊNIO, 2008; NICODEMO 2008; CARVALHO, 2017.

<sup>2</sup> Para um estudo acerca da autora, Cf.: RANGEL, 2016.

<sup>3</sup> Para estudos sobre a trajetória de Alice Canabrava, Cf.: ERBERELI JR., 2014; ERBERELI JR., 2019.

interpretação? Holanda não se alonga sobre a definição, destaca apenas que 12 autores se dedicaram a esse objeto pouco ou nada explícito definido como “estudos sobre o passado paulista”. Com o objetivo de compreendê-lo melhor, observei as demais caracterizações e juntei a esse conjunto os estudos voltados para a fase inicial de ocupação do território, muitos dos documentos capazes de possibilitar o desenvolvimento de uma história social e econômica e algumas biografias também dedicadas aos personagens desse passado paulista, e percebi que a caracterização de um “surto”, algo que parece ser mais uma sensação do que, de fato, uma tipologia, pode descrever alegoricamente a volumosa quantidade de estudos que tomaram, de algum modo, São Paulo e os paulistas como objeto de investigação e que figuraram no levantamento realizado por Holanda nessa tentativa de classificar os fazeres da história na primeira metade do século XX.

São vários os protagonistas desse surto, homens, em sua maioria brancos, ocupantes de posições de destaque em instituições de ensino, arte e ciência e membros da elite econômica e política do país em fins do século XIX e primeira metade do século XX. Como seria difícil estabelecer o recorte (ANHEZINI, 2015a) deste texto privilegiando a trajetória desses protagonistas, escolhi tratar do que há em comum dentre os estudos sobre o passado paulista: o destaque para a montagem de um arquivo na primeira metade do século XX<sup>4</sup> e a construção de uma *retórica bandeirante*. Esses dois pontos em comum, a necessidade de um arquivo e, a partir dele, a criação das condições de emergência da invenção<sup>5</sup> de uma narrativa acerca da identidade paulista, monumentalizada na arquitetura, em museus, em muitos livros didáticos, e atualizada em discursos políticos, podem ser observados de forma privilegiada quando historiadores apoiados pelo poder público inventam um saber denominado “bandeirologia”. Trata-se de um saber que se queria como uma disciplina, uma especialidade dedicada a estudar aquilo que, durante décadas, foi constituído, passo a passo, metodicamente, pelo fazer histórico como conhecimento verdadeiro sobre o passado de um tipo de brasileiro, o paulista, e de um território, São Paulo, entendido como a origem do Brasil. Assim, intenta-se narrar neste texto, tendo como fonte privilegiada o acontecimento *Curso de Bandeirologia*, fragmentos dos gestos arquivísticos e da repetição de enunciados que resultaram na constituição de uma *retórica*<sup>6</sup> *bandeirante*, um campo discursivo

<sup>4</sup> É fundamental destacar o empenho do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) na montagem desse arquivo (documental e bibliográfico) de enunciados da história e da geografia acerca do passado paulista, sobretudo, sobre as bandeiras paulistas (COPPES JR., 2021).

<sup>5</sup> Este estudo foi inspirado pelo trabalho de Durval Muniz Albuquerque Jr., que nos ensinou com maestria quando e por meio de quais enunciados a região Nordeste foi inventada, Cf.: ALBUQUERQUE JR., 2011.

<sup>6</sup> A obra de Pedro da Silveira apresenta uma genealogia do conceito (SILVEIRA, 2020).

empenhado em criar e fazer crer em uma explicação para a História do Brasil, dependente e ancorada nos acontecimentos delimitados pela História das bandeiras paulistas, que procura se consolidar como uma nova historicidade para o Brasil.

## O imperativo do arquivo na interdição da fantasia

A história da construção da narrativa que quer fazer crer (HARTOG, 2017) em uma identidade comum aos paulistas possui enunciados dispersos que identificam a origem das características do povo de São Paulo vinculada ao protagonismo dos habitantes coloniais da vila de São Paulo na exploração, ocupação e povoamento do solo que comporia o território do Brasil independente. A emergência de um saber (FOUCAULT, 2008) especializado chamado “bandeirologia” parece ser o sintoma de que, em determinado momento, essa história, produzida desde fins do século XIX, ganhou poder de verdade científica constituindo uma história nacional que elege e recorta São Paulo e os acontecimentos relacionados às bandeiras e aos bandeirantes no período colonial como seus espaços e tempos originais.

No ano de 1946 circulava nos jornais paulistas e cariocas a notícia de um curso que aconteceria na cidade de São Paulo. Tratava-se do Curso de Bandeirologia<sup>7</sup>, que começou no dia 14 de maio às 17 horas no auditório da Escola Normal “Caetano de Campos”<sup>8</sup>, com a conferência inaugural de Afonso d’Escragnolle Taunay (1876-1958) versando acerca d’*O bandeirismo e os primeiros caminhos do Brasil* (TAUNAY, 1946).

Como se referia a um curso acerca do conhecimento que se tinha das bandeiras, Taunay, sensível às mudanças que ocorriam desde o início da década de 1930 com a criação dos cursos universitários de História e Geografia, compreendeu muito bem o conceito da oferta de um curso naquele período, dizendo que deveria se tornar universitário<sup>9</sup>. Tratava-se da ascensão da universidade como lugar da produção científica e a passagem do historiador por vocação (GLEZER, 1976) à possibilidade de um profissional formado nos bancos universitários brasileiros (ROIZ, 2012; FERREIRA, 2013).

<sup>7</sup> Este curso foi analisado sob outras perspectivas por: FERRETTI, 2009; ROIZ, 2013; SILVA, 2018.

<sup>8</sup> A Escola Normal “Caetano de Campos” comemorava seu centenário naquele mesmo ano de 1946 e abrigava, em seu terceiro andar, diversos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFLC) da Universidade de São Paulo. Dentre eles, destacam-se os de Ciências Sociais, Filosofia, História, Geografia, Literatura. A FFLC mudou-se para o prédio da Rua Maria Antônia somente em 1949 (LEITE, 1994).

<sup>9</sup> É importante lembrar que Afonso d’Escragnolle Taunay foi o primeiro professor do curso de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre 1934 e 1937. Conferir o texto “A propósito do curso da História da Civilização Brasileira” (ANHEZINI, 2015b).

O tema desse evento era anunciado, portanto, como algo distante da mitologia bandeirante, ele não trataria do lendário ou do fantasioso que cercava o tema, e sim da apresentação do conhecimento científico acerca das bandeiras como parte da historiografia que passava a ser entendida como um ofício especializado e praticado por profissionais (NICODEMO; PEREIRA; SANTOS, 2018).

O curso foi promovido pelo Departamento Estadual de Informações (DEI), órgão cultural do governo paulista, reformulado sob a interventoria do Embaixador José Carlos de Macedo Soares (1883-1968), que designou o jornalista Honório de Sylos como diretor. O DEI substituiu o antigo DEIP, sessão estadual do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo (DIP), e pretendia acabar com o caráter censor e propagandista do governo antecessor, adequando-o aos novos tempos democráticos (FERRETTI, 2009). Na edição de 1946 de seu boletim intitulado *São Paulo de ontem, de hoje e de amanhã*, o DEI definia que, ao levar aos demais Estados “o conhecimento de alguns aspectos da vida e do trabalho paulista” (BOLETIM do DEI, 1946), em uma linhagem singela e concreta com comentários impessoais e anti-retóricos, estaria contribuindo, naquele momento de reestruturação política do país e retomada democrática, com a recuperação econômico-financeira, a fim de demonstrar que “o paulista continua[va] fiel à paixão do trabalho” (BOLETIM do DEI, 1946). Esse Boletim buscava testemunhar a operosidade incansável do paulista, noticiando a produção da maior safra de cereais da história do Estado e trazendo como artigo inicial as *Impressões de São Paulo (1886)* de Afonso Taunay, que atestava a transformação da cidadezinha de 1886 em metrópole na década de 1940, por meio, sobretudo, dos jovens estudantes, futuros dirigentes, que em fins do século XIX apontavam, segundo o autor, para essa vocação.

A publicação pelo Departamento Estadual de Informações do livro *Curso de Bandeirologia* foi noticiada no Boletim de 1947. Participaram do curso, ao longo do ano de 1946, onze intelectuais, e, ao final, foram publicadas as conferências de Afonso de Taunay, Virgílio Corrêa Filho (1887-1973), Afonso Arinos de Mello Franco (1905-1990), Alfredo Ellis Jr. (1896-1974), Joaquim Ribeiro (1907-1964) e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982).

A leitura do material publicado enuncia a importância de um arquivo de fontes e de bibliografia acumulado ao longo das décadas que antecederam essa iniciativa de promover, em 1946, conforme definiu Sérgio Buarque de Holanda em sua conferência, um “curso que pretend[ia] oferecer uma síntese do bandeirismo em suas várias feições e modalidades” (HOLANDA, 1946, p. 128). Os intelectuais reunidos para proferirem as conferências tinham à disposição o arquivo de que precisavam para construir uma narrativa sintética acerca das bandeiras e afirmar a viabilidade de constituição de um

ramo de especialidade dentro da história, a bandeirologia. Cassiano Ricardo, autor que participou do curso, mas não teve seu texto publicado no livro, define o que seria esse empreendimento em *Pequeno ensaio de bandeirologia*:

Uma coisa [...] é ver o bandeirismo no mapa; isto é, o bandeirismo por fora, em seu aspecto heroico e geográfico. Outra é vê-lo por dentro, como fenômeno social, econômico, político; examiná-lo em suas causas, objetivos; saber até onde chegaram as suas consequências, e se ele ajuda a explicar as nossas instituições atuais, se ele ainda persiste em nosso sistema de vida. Daí o gênero de pesquisa a que se chama hoje “bandeirologia” (RICARDO, 1956, p. 8).

O *Curso de Bandeirologia* enfeixa, assim, um conjunto de enunciados construídos ao longo da primeira metade do século XX pelos autores identificados por Sérgio Buarque de Holanda como os responsáveis pelo “surto de estudos sobre o passado paulista” e por outros tantos que se dedicaram a publicar documentos e a biografar os sertanistas. Esses estudiosos foram capazes de oferecer contornos ao bandeirismo em seu aspecto histórico e geográfico ao realizarem um trabalho consistente de revisão da história acerca dos antigos moradores de São Paulo, que até então havia sido construída pelos “outros” (SCHNEIDER, 2016; SOUZA, 2000), tais como o jesuíta francês Pierre-François-Xavier Charlevoix (1682-1761), o jesuíta espanhol António Ruiz de Montoya (1585-1652) ou mesmo portugueses, como o padre António Vieira (1608-1697) ou o erudito Rocha Pitta (1660-1738). O arquivo documental e bibliográfico construído na primeira metade do século XX teve que enfrentar o desafio de desconstruir a narrativa criada nos séculos XVII e XVIII por esses autores que associavam os paulistas à imagem de maus súditos e maus cristãos.

Assim, a *Bandeirologia*, esse gênero de pesquisa, de acordo com Cassiano Ricardo, comporia uma terceira fase dos estudos acerca de São Paulo, ou seja, ultrapassada a fase de construção de uma história heroica e geográfica, uma verdadeira epopeia bandeirante<sup>10</sup>, que afastava a versão detratada elaborada nos séculos anteriores, havia chegado o momento de encarar o bandeirismo como um fenômeno social, econômico e político e de, sobretudo, definir suas consequências no presente, marcando aquilo que persiste. Esse era o caminho para ordenar o tempo (HARTOG, 2003) de São Paulo no compasso do futuro. O *Curso de Bandeirologia*, afora as particularidades de cada autor

<sup>10</sup> Refiro-me ao que Antônio Celso Ferreira denominou de epopeia bandeirante, “um modelo épico de enredamento da história paulista” que, segundo o autor, constituiu-se entre 1870 e 1940 (FERREIRA, 2002, p. 23). Ver também: ABUD, 1985; 1999.

e obra, reuniu a síntese da produção acerca do passado paulista das primeiras décadas republicanas e apresentou, após o fim da ditadura do Estado Novo, uma história com vistas a reavivar esse lugar requerido pelo Estado de São Paulo como guia da Nação. O passado recalçado retorna ao presente e, como lembra Certeau, “o morto assombra o vivo; ele re-morde (mordida secreta e repetida)” (CERTEAU, 2011).

Por essa razão, os organizadores da obra ordenaram a publicação de modo a apresentar uma interpretação da História de São Paulo resultante desse saber especializado acerca das bandeiras. O primeiro texto, escrito por Taunay, narra a sua constituição, conferindo ênfase ao arquivo e seu papel. O autor iniciou a conferência e o livro alertando que recordaria a história feita, pois seria uma “injúria”, segundo suas palavras, supor que a plateia presente naquele salão de honra da Escola Normal “Caetano de Campos” não soubesse que a área “varrida de mais de dez milhões de quilômetros quadrados [que] recobre o Brasil atual e ainda grande superfície da América espanhola” se deve ao bandeirantismo; além disso, seria grave desatenção supor que o público desconhecesse a expansão geográfica do Brasil por meio da produção historiográfica acerca das bandeiras e da revisão operada por aqueles que compuseram a “bandeira do passado”, autores que ao longo da primeira metade do século XX escreveram sobre o tema (TAUNAY, 1914, p. 13). Aliás, essa era a justificativa para que ele inaugurasse o curso, pois, dentre os outros 11 convidados, Taunay tinha a prioridade cronológica. Ele havia sido o primeiro deles a estudar as bandeiras depois que Capistrano de Abreu (1853-1927) lhe apontou a direção dos estudos (ANHEZINI, 2011).

Assim, Taunay teria sua produção e divulgação condensada na *História Geral das Bandeiras Paulistas* (TAUNAY, 1924-1950), que assumiria, ao lado de outras obras suas e de outros autores dedicados ao assunto, o lugar de arquivo da bandeirologia. A composição desse arquivo havia sido um empreendimento de carreira e vida que justificava o ato de um Interventor Federal “apaixonado pelas coisas da cultura”, especialmente aquelas de São Paulo, a convidar Taunay para inaugurar esse curso, o primeiro dessa natureza em São Paulo e no Brasil, acerca daquilo que define o objeto do evento, ou seja, um fenômeno histórico considerado como sem paridade no mundo: o bandeirismo.

Assumindo naquela ocasião a função de historiador das bandeiras, ou de “bandeirólogo e paulistógrafo” (Carta de Alberto Rangel a Afonso de Taunay. Paris, 30 de dezembro de 1923), nas definições do amigo Alberto Rangel (1871-1945) (ANHEZINI, 2017), Taunay se dedicou, na primeira parte da conferência, a narrar alguns obstáculos de seu ofício e, para tanto, passou a marcar a diferença entre a fantasia e a realidade do tema.

O estudioso tomou o conceito de fantasia como oposição à realidade (ABEL, 2011) e, numa atitude científica de depuração, propôs o arquivo para interditá-la.

A gramática do tema se confunde com a construção de si como responsável pela montagem desse arquivo. Vemos a palestra ser guiada pelos vocábulos: primeiro, prioridade, primacial, sem paridade, e, muitas vezes, não sabemos se o autor fala dele ou dos bandeirantes. Aos 70 anos de idade, Taunay havia se aposentado em 1945 e deixado a direção do Museu Paulista, assumida em 1917, sendo substituído por Sérgio Buarque de Holanda, autor que encerra o volume do *Curso de Bandeirologia* e que havia publicado no ano anterior o livro *Monções* (HOLANDA, 2014). Apresentara, trinta e cinco anos antes, em 1911, quando do seu discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), esse projeto de trabalho. Ele expôs, naquela ocasião, a tônica que daria aos estudos que pretendia realizar a partir daquele ingresso institucional: “nunca São Paulo coube dentro de suas fronteiras” (TAUNAY, 1912, p. 89). A ênfase naquilo que denominou como “obra titânica da dilatação e da conquista do território” (TAUNAY, 1912, p. 90) pelos paulistas ocupou aquele discurso fundante do roteiro de pesquisa estabelecido pelo autor e guiou a ornamentação do Museu Paulista (BREFE, 2005; LIMA; CARVALLHO, 1993; MARINS, 2017), a criação e edição dos *Anais do Museu Paulista*<sup>11</sup>, além da composição da *História Geral das Bandeiras Paulistas*, que começou a ser publicada em 1924, e naquele ano de 1946 estava em seu 8º volume, sendo finalizada somente em 1950, com o 11º volume.

Seguindo o roteiro de sua produção, a palestra rememorou dois historiadores paulistas, Pedro Taques de Almeida Paes Leme (1714-1777) e frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800). Foi a partir dos estudos acerca desses autores que Taunay apareceu na cena intelectual como pesquisador das bandeiras, estudando os primeiros que escreveram sobre o tema, confrontando as visões detratórias dos “outros” escritores dos séculos XVII e XVIII e fabricando a ancestralidade paulista (BOURDON, 2017).

Tendo a heurística<sup>12</sup> assumido um lugar privilegiado no fazer histórico, Taunay lamenta o “quão escassos, senão quase sempre insignificantes, mesmo, são os informes, de ordem topográfica, acerca da imensa maioria dos trajetos das jornadas bandeirantes” (TAUNAY, 1946, p. 9). Esse é o lamento de quem, durante anos, dedicou-se à montagem

<sup>11</sup> Em 1922, como parte das comemorações do Centenário da Independência, Taunay lançou, autorizado por Alarico Silveira, secretário do Interior do Estado de São Paulo, os *Anais do Museu Paulista* (ANHEZINI, 2011).

<sup>12</sup> Na definição de Droysen: “A heurística nos fornece os materiais para o trabalho histórico, ela é como a arte do mineiro, de encontrar e trazer à luz, ‘um trabalho subterrâneo’ (Niebuhr)” (DROYSEN, 2009, p. 46). Taunay apresenta um balanço da crítica documental no Brasil em TAUNAY, 1931.

do arquivo relativo aos itinerários dessas jornadas pelo sertão e concluiu, após muito trabalho, que esse saber sobre as bandeiras legou numerosos “rios da Dúvida”, porque os documentos existentes são meros fornecedores de elementos conjecturais.

A ausência de provas materiais para as determinantes geográficas deixa arrastar as conclusões fantasiosas. Assim, Taunay constrói um argumento contra os estudiosos que partiram da fantasia das fontes repletas de extravagâncias e invencionices para apresentar aos ouvintes a dificuldade que ele e os geógrafos do Museu Paulista tiveram para elaborar o *Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas*. Trata-se de um mapa desenhado por dois cartógrafos do Museu, Gregório Colás e José Domingues Santos Filho, a partir dos estudos realizados por Taunay, elaborado em 1922 para as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, publicado em 1926 e reeditado em 1937 e 1956, medindo 8 metros quadrados. Essa foi uma tentativa de separar concretamente a versão lendária das bandeiras da científica. Outros tantos documentos<sup>13</sup> foram citados ao longo da conferência para alertar pesquisadores que, transviados pela sugestão de alguma toponímia, deixavam-se arrastar por conclusões fantasiosas. A narrativa levava a crer que o conhecimento acerca das bandeiras estava fundamentado em rigorosos procedimentos e que, portanto, o conhecimento ensinado naquele curso havia passado pelo rigor da disciplina histórica.

## A retórica bandeirante sintetizada em um saber especializado: o Curso de Bandeirologia

Resultado do “surto de estudos sobre o passado paulista”, o curso enfeixava não concretamente os mesmos autores elencados por Sérgio Buarque de Holanda, mas reunia aquilo que não morre, aquilo que fica disponível para ser ressuscitado quando necessário. A publicação do livro *Curso de Bandeirologia* sintetiza os esforços de produção do conhecimento histórico de muitos historiadores que, localizados, sobretudo, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, no Museu Paulista, na Academia Paulista de Letras e também no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e na Academia Brasileira de Letras, empenharam-se na escolha, na localização e na divulgação de documentos capazes de enredar uma nova história do Brasil que construísse um outro passado colonial, tomando São Paulo e seus moradores, os paulistas, como personagens principais da transformação de uma porção de terras conquistadas por

<sup>13</sup> Foram citados o mapa de Dom Luiz de Céspedes Xeria que representa o território paulista em 1628 e as publicações promovidas por Washington Luís das *Atas da Câmara de São Paulo*, do *Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo* e dos *Inventários e Testamentos*. Cf.: CAVENAGHI, 2011; (CINTRA; BEIER; RABELO, 2018, p. 1-53).

Portugal em nação desbravada pelos bandeirantes. Construíram uma nova origem para o território e uma identidade para o Brasil por meio de uma *retórica bandeirante* que, em 1946, foi atualizada com o objetivo de mostrar a liderança do Estado de São Paulo para guiar o novo momento político da nação.

Essa noção de *retórica bandeirante* é totalmente devedora das definições elaboradas por Temístocles Cezar para o que chamou de *retórica da nacionalidade*:

Penso que uma das características da cultura historiográfica oitocentista foi a produção de um discurso destinado a convencer, a persuadir, os brasileiros de que partilhavam um passado em comum, bem como de um presente com a mesma identidade. Uma retórica da nacionalidade parece ser uma expressão cômoda para definir esse discurso, cuja característica é a dispersão de seus elementos constituintes” (CEZAR, 2018, p. 29).

Em “Ensaio sobre uma retórica da nacionalidade”, o autor acrescenta que a retórica da nacionalidade “parece, então, ser um dos modos preferenciais que esta ‘nova historiografia’, baseada no IHGB, encontrou para escrever a história de um Brasil independente, cuja origem remontasse a um passado projetado como inexorável” (CEZAR, 2018, p. 207).

Ao que parece, essa nova historiografia escrita sob as orientações do IHGB continuou a ditar as regras para sua feitura, pelo menos para grande parte dos historiadores, contudo, foi insuficiente para a cultura historiográfica do século XX republicano, sobretudo para aqueles que se dedicaram aos estudos sobre o passado paulista e desejaram inventar uma nova historicidade para a nação. As origens, os acontecimentos, os espaços, os personagens e as temporalidades sofreram mudanças desde quando Capistrano de Abreu apontou outros rumos e orientou muitos historiadores a trilharem diferentes caminhos de pesquisa. Em seu *Capítulos de história colonial* (1907), afirmava que “os paulistas lançaram-se a bandeirantes” e que “falta[vam] documentos para escrever a história das bandeiras” (ABREU, 2000, p. 128-129; OLIVEIRA, 2013; GONTIJO, 2013). Desse modo, aquilo que Sérgio Buarque de Holanda tipifica como um “surto de estudos sobre o passado paulista”, construído ao longo das primeiras décadas republicanas, reordenou, a partir da orientação de Capistrano, a escrita da história nacional como história de uma região (ALBUQUERQUE JR., 2008), como história de São Paulo.

Por esse motivo, Taunay tratou de deixar o mais claro possível aos ouvintes que aquilo que se sabia acerca das bandeiras em 1946 era fruto da pesquisa metódica pautada no arquivo que ele e outros foram responsáveis por montar. Na segunda

parte da conferência, entretanto, parece compreender que havia chegado o momento de interpretar o bandeirismo. A etapa de constituição do arquivo, mesmo que nunca terminada, já havia avançado a ponto de fornecer elementos suficientes para pensar em suas causas e, sobretudo, nas consequências para o presente, conforme propunha Cassiano Ricardo.

O vínculo com o presente toma a primeira cena a partir da história do Caminho do Mar. Apresentado como o primeiro caminho bandeirante que se tornou estrada, Taunay entrelaça indígenas, jesuítas, o transporte do açúcar e do café, a Independência do Brasil “com sua proclamação ocorrida no leito da estrada”, faz lembrar o desenvolvimento da ferrovia que levou ao esquecimento da estrada que, tomada pela mata, serviu de esconderijo aos negros escravizados que seguiam rumo ao quilombo do Jabaquara, até chegar à via Anchieta; o Caminho do Mar se transforma, assim, naquele caminho que liga a história do Brasil.

Contudo, não bastava narrar o caminho que ligava São Paulo ao mar, faltava narrar a ligação com o sertão e, com ela, o elo com a “história da construção territorial do nosso imenso ocidente”. Taunay se referia ao Tietê, que continuava a servir à grandeza de São Paulo e do Brasil “na nova arrancada que o café veio trazer à marcha do progresso e da civilização, preparando o advento e o surto de nova etapa notabilíssima, a da fase industrial” (TAUNAY, 1946, p. 26).

A fase industrial seria a desforra dos paulistas sobre o rio, porque mostra o Tietê sendo dominado, ele que por tantas vezes impôs dificuldades aos bandeirantes. Se em tempos coloniais não foi vencido, “aos filhos dos bandeirantes oferece [em 1946] as energias do seu desnível” (TAUNAY, 1946, p. 27) em muitos quilowatts.

A narrativa das dificuldades que fundamentam ainda mais a bravura daqueles homens é marcada pelo medo de monstros que somente gigantes poderiam vencer; para lembrar a apreciação que Saint-Hilaire fez ao se referir aos paulistas do século XVII e XVIII como “raça de gigantes”. Vencidos os obstáculos dos caminhos por terra e água, os bandeirantes legaram aos seus filhos a energia “para o desenvolvimento do maior centro industrial da América” (TAUNAY, 1946, p. 26).

Taunay termina seu texto reafirmando o feito inquestionável que passou a significar o enunciado mais repetido desta história: “E assim percorrendo os dois ramos articulados

e gloriosos do Caminho do Mar e da rota das Monções<sup>14</sup> as bandeiras de S. Paulo obrigaram o meridiano de Tordesilhas a um recuo de quase vinte graus” (TAUNAY, 1946, p. 28).

O livro *Curso de Bandeirologia* começa com essa narrativa e termina com o texto de Sérgio Buarque de Holanda sobre as monções<sup>15</sup>. Holanda proferiu uma conferência sobre o tema com a justificativa de ser uma oportunidade de mostrar a diferenciação entre os dois movimentos, afirmando que “as monções se entroncam na história das bandeiras e passam a constituir, de certo modo, seu prolongamento” (HOLANDA, 1946, p. 128).

A narrativa das monções ajuda a condensar os enunciados que oferecem certa continuidade à história da expansão paulista:

As monções representam, em realidade, uma das expressões nítidas daquela força expansiva que parece ser uma constante histórica da gente paulista e que se revelara mais remotamente nas bandeiras. Força que depois impeliria pelos caminhos do sul os tropeiros de gado, e que, já em nossos dias, iria determinar o avanço progressivo da civilização do café (HOLANDA, 1946, p. 127).

Ao final do texto, Sérgio reúne os resultados das monções, expedições fluviais que ocorreram durante o século XVIII e início do século XIX e criaram linhas de comunicação e comércio para os sertões garantindo, em continuidade à obra das bandeiras, a unidade nacional e a posse de uma extensa área do território. Além disso, elas oferecem, na visão do autor, uma lição para o presente e para o futuro, pois estava ali, expresso naqueles eventos, que a integração, “no mundo de nossa cultura de todo o imenso território que constitui o coração deste continente sul-americano, nasceu da aventura, e, pode-se dizer que foi, todo ele, uma teimosa e magnífica aventura” (HOLANDA, 1946, p. 145). Para completar tal esforço e fazer jus ao legado das bandeiras e das monções, restava às gerações do presente e do futuro não mais a aventura, mas o trabalho.

<sup>14</sup> Cabe destacar o estudo de Maria Aparecida de Menezes Borrego, que analisa a representação das monções no Museu Paulista e no Museu Republicano de Itu e afirma que Taunay, ao montar as salas dedicadas à temática das monções, “criou a discutível associação entre monções e bandeirantes, cujas personagens, roteiros e objetivos eram distintos” (BORREGO, 2019, p. 2).

<sup>15</sup> No prefácio à edição de *Capítulos de expansão paulista*, livro composto a partir dos inéditos encontrados após a morte do estudioso, em 1982, Laura de Mello e Souza afirma que esses textos podem corresponder ao esforço de reescrever *Monções*, “sonho que o autor perseguiu ao longo dos anos subsequentes à publicação desse livro, em 1945” (SOUZA, 2014, p. 11).

O meio do livro foi preenchido com as várias facetas dessa aventura que formou muitas cidades no interior do país, criou uma sociedade das minas, impulsionando a economia colonial, e disseminou uma cultura bandeirante que marca muito mais do que a cidade ou o Estado de São Paulo. Essa narrativa pôde ser ouvida em 1946 e lida na publicação do *Curso de Bandeirologia* nos textos de Virgílio Corrêa Filho (FRANCO, 2018), *O Bandeirantismo na formação das cidades*, com uma narrativa épica sobre a formação das cidades bandeirantes; de Alfredo Ellis Jr., *O bandeirismo na economia do século 17*, que, como professor, desde 1938, da disciplina de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP), substituindo Afonso Taunay, defendeu o saber, o estudo da bandeirologia como função de especialista<sup>16</sup>, e não de diletantes, e apresentou os rumos para esse estudo especializado, expondo seu conceito de história, os demais saberes envolvidos e as principais fases do bandeirismo. Trata-se, nesse caso, de uma verdadeira aula, com explicações econômicas para cada fase do bandeirismo e apresentação da tese de que o objetivo final dos agrupamentos humanos é o lucro<sup>17</sup>. Dessa tese, que também apresenta um roteiro de pesquisa<sup>18</sup>, o leitor segue para *A sociedade bandeirante das minas*, de Afonso Arinos de Mello Franco, que busca abordar o bandeirismo sob os aspectos sociológico e histórico. O autor desenvolve seu argumento problematizando a expressão “sociedade bandeirante” que, em sua visão, “encerra uma antinomia, um quase paradoxo, pois enquanto existe bandeira não há sociedade e quando esta se constitui aquela desaparece” (FRANCO, 1946, p. 83). Nesse sentido, sugere olharmos o tema sob outro ângulo, para vermos que “seu enunciado quis por certo traduzir uma época transitória, na qual a sociedade em formação nasce dos elementos do bandeirismo que morre” (FRANCO, 1946, p. 83). Sociedade bandeirante seria diferente de sociedade-bandeira, levando-o a concluir que, com a descoberta das minas de metais preciosos, “houve, no Brasil, mais de uma sociedade bandeirante”, como atestam o advento sucessivo da sociedade bandeirante em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

<sup>16</sup> John Monteiro, a partir do estudo da obra de Alfredo Ellis Jr., chama atenção para a criação do autor, nesta fase – 1939 a 1951 –, de uma teoria da história de São Paulo que buscava recuar suas afirmações racistas publicadas anteriormente (MONTEIRO, 1994).

<sup>17</sup> É importante destacar que, se na fase anterior sua obra foi marcada por um determinismo racial, agora, na universidade, o autor cria um esquema que redundava num determinismo econômico. Essa nova tese também serviu para justificar a escravização do indígena. “Sem ele [o bandeirismo apesador], não teríamos produção de açúcar, e, por conseguinte, não haveria Brasil. Pode-se, pois, repetir, em relação ao Bandeirismo de prêa, as palavras de Churchill: ‘— Nunca na História do Brasil, tantos deveram tanto a tão poucos’” (ELLIS JR., 1946, p. 76).

<sup>18</sup> O autor marca uma separação entre os repetidores de pesquisas alheias que não refletem e os profissionais dedicados exclusivamente ao estudo nos arquivos, bibliotecas e que têm a cátedra como profissão. Ele próprio é uma personagem ponte, na visão de Roiz, entre dois mundos de produção historiográfica. (ROIZ, 2013).

Esse enredo se conecta diretamente com o estudo da formação das cidades bandeirantes apresentada por Virgílio Corrêa Filho ao destacar que os bandeirantes plantaram no centro geométrico da América do Sul, Vila Boa de Goiás e Cuiabá.

O curso apresentou ainda *Problemas fundamentais do Folklore dos Bandeirantes*, de Joaquim Ribeiro. Nesse texto, o autor fornece aos enunciados construídos pela historiografia uma atualização científica. Trata-se de uma produção que traz outras áreas do saber para o debate: “Creio que, nesta síntese, consegui na medida do possível, invocar os problemas fundamentais que o folklore dos bandeirantes sugere nas suas relações com a Antropologia, a Sociologia, a Geografia, a História, a Linguística e a Psicologia social” (RIBEIRO, 1946, p. 123). Essa junção de saberes era importante porque, para o autor, o bandeirismo não era um tema do passado, pelo contrário, estava em pleno desenvolvimento, sobretudo com o uso das ferramentas dessas outras ciências, e demandava mais pesquisas sobre a antropologia dos antigos paulistas. A justificativa da importância de tais estudos viria logo: “Os bandeirantes *paulistanizaram* grande parte do Brasil e, em virtude disso, só é possível compreender-se o folklore atual da região da “Paulistânia” mediante a restauração do folklore antigo das bandeiras” (RIBEIRO, 1946, p. 116).

A interpretação do arquivo construído por meio dos gestos arquivísticos, que, desde fins do século XIX até aquele momento, reuniram fontes e bibliografias acerca do passado paulista, levava a crer e fazer crer que os bandeirantes paulistanizaram grande parte do Brasil. A verdade científica atestada no *Curso de Bandeirologia* foi constituída por aquele surto de estudos sobre o passado paulista que montou um arquivo para enfrentar a versão detratora dos bandeirantes e interditar a fantasia. Sérgio Buarque de Holanda, ao elaborar essa caracterização do pensamento histórico, indicou, ali em 1951, uma ruptura, um balanço da produção passada que marcava o limite entre o que foi possível fazer como história e dizer como histórico e um presente que se abria como a marca da diferenciação (CERTEAU, 2010), a abertura da possibilidade da efetiva interpretação do arquivo. A ênfase nesses gestos de produção de um arquivo indicam que, mesmo com “rios de dúvida” acerca das localizações exatas das entradas dos sertanistas, a *retórica bandeirante* estava pronta para ser repetida e usada politicamente: uma narrativa que enfatiza o domínio de uma região e de um tipo de brasileiro, que silencia sobre o passado violento da ocupação do território, que cria uma unidade fantasiosa sobre um povo especial e que, naquele presente, era mobilizada para indicar a capacidade de São Paulo em assumir os rumos políticos e econômicos do país e que, não raras vezes, como um passado recalcado, é retomado, ou retornado e atualizado.

## REFERÊNCIAS

ABEL, Marcos Chedid. Verdade e fantasia em Freud. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. XIV, n. 1, p. 47-60, jan./jun. 2011.

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.

ABUD, Kátia. A idéia de São Paulo como formador do Brasil. *In*: FERREIRA, A. C.; LUCA, T.; IOKOI, Z. G. (org.). **Encontros com a História**: percursos históricos e historiográficos de São Paulo. São Paulo: UNESP, 1999. p. 71-80.

ABUD, Kátia. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições**. (A construção de um símbolo paulista: o bandeirante). 1985. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, Dourados, v.10, n.17, p. 55-67, 2008.

ANHEZINI, Karina. Desnudar a historiografia na Primeira República: Alberto Rangel e Afonso Taunay na construção da Marquesa de Santos. *In*: BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno César (org.). **Escrever história**: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. Serra: Editora Milfontes, 2017. p. 185-202.

ANHEZINI, Karina. Na entrecena da construção da história no Brasil (1878- 1934). *In*: MEDEIROS, Bruno Franco; SOUZA, Francisco Gouvea de; RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Mateus H. F. (org.). **Teoria e Historiografia**: Debates Contemporâneos. Jundiaí: Paco Editorial, 2015a. p. 233-246.

ANHEZINI, Karina. Afonso Taunay, A propósito do curso de História da Civilização Brasileira. *In*: NICOLAZZI, Fernando (org.). **História e historiadores no Brasil**: do fim do Império ao alvorecer da República: 1870-1930. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015b. p. 395-417.

ANHEZINI, Karina. **Um metódico à brasileira**: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). São Paulo: Editora UNESP, 2011.

BOURDON, Étienne. **La forge gauloise de la nation**. Ernest Lavisse et la fabrique des ancêtres. Lyon: ENS Éditions 2017.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Perspectivas sobre a representação das monções no Museu Paulista e no Museu Republicano de Itu. **MIDAS: Museu e estudos interdisciplinares**, Évora, n. 10, p. 1-21, 2019.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. **Museu Paulista**: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945. São Paulo: UNESP, 2005.

**Carta de Alberto Rangel a Afonso de Taunay**. Paris, 30 de dezembro de 1923. Coleção Taunay. Acervo do Museu Paulista.

CAVENAGHI, Airton José. A construção da memória historiográfica paulista: dom Luiz de Céspedes Xeria e o mapa de sua expedição de 1628. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.19, n. 1, p. 81-113, jun. 2011.

CARVALHO, Raphael Guilherme de. **Sérgio Buarque de Holanda, do mesmo ao outro**: escrita de si e memória (1969-1986). 2017. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2017.

CERTEAU, Michel. **História e psicanálise**: entre ciência e ficção. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX**: o caso Varnhagen. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

CINTRA, Jorge Pimentel; BEIER, José Rogério; RABELO, Lucas Montalvão. Afonso de Taunay e as duas versões do mapa de D. Luis de Céspedes Xeria (1628). **Anais do Museu Paulista**: Nova Série, São Paulo, v. 26, p. 1-53, 2018.

COPPES JR., Gerson Ribeiro. **“Um problema histórico-geográfico”**: Emergências de um saber geográfico no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1895-1954). 2021. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2021.

DROYSEN, Johann Gustav. **Manual de Teoria da História**. Tradução de Sara Baldus e Júlio Bentivoglio. Petrópolis: Vozes, 2009.

ELLIS JR. Alfredo. O bandeirismo na economia do século 17. *In*: TAUNAY, Afonso de *et al.* **Curso de Bandeirologia**. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946. p. 53-76.

ERBERELI Jr., Otávio. **A escrita da história entre dois mundos**: uma análise da produção de Alice Piffer Canabrava (1935-1961). 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós- Graduação em História - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

ERBERELI Jr., Otávio. **A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava**: um ofício como sacerdócio (1935-1997). 2019. Tese (Doutorado em História Econômica) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FALCON, Francisco José Calazans. Capistrano de Abreu e a historiografia cientificista: entre o positivismo e o historicismo. *In*: NEVES, Lucia Maria Basto Pereira das Neves; *et al* (org.). **Estudos de Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 151-161.

FERREIRA, Antônio Celso. **A epopéia bandeirante**: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: UNESP, 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A história como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FERRETTI, Danilo José Zioni. Lições do passado bandeirante no “Curso de Bandeirologia”: Taunay e Sérgio Buarque de Holanda (1946). *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, 3, 2009, Ouro Preto. **Anais** [...]. Ouro Preto: Edufop, 2009. p. 1-11.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008. p. 15-37.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. A sociedade bandeirante das minas. *In*: TAUNAY, Afonso de et al. **Curso de Bandeirologia**. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946. p. 77-104.

FRANCO, Gilmar Yoshihara. O bandeirante como elemento constitutivo da identidade mato-grossense: uma interpretação a partir da obra de Virgílio Corrêa Filho. *In*: ROIZ, Diogo da Silva; ARAKAKI, Suzana; ZIMMERMANN, Tânia Regina (org.). **Os bandeirantes e a historiografia brasileira: questões e debates**. Serra: Editora Milfontes, 2018. p. 169-194.

GLEZER, Raquel. **O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues**: um modelo de análise historiográfica. 1976. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

GOMES, Ângela de Castro. **A República, a Historiografia e o IHGB**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano**: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudo e reflexões. *In*: NEVES, Lucia Maria Basto Pereira das Neves; et al (org.). **Estudos de Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 19-35.

HARTOG, François. **Crer em História**. Tradução de Camila Dias. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. **Revista de História**, São Paulo, n. 148, p. 9-34, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções e Capítulos de expansão paulista**. 4. ed. Organização Laura de Mello e Souza, André Sekkel Cerqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O pensamento histórico no Brasil nos últimos 50 anos. *In*: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (org.). **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 601-615.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. As monções. *In: TAUNAY, Afonso de et al. **Curso de Bandeirologia***. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946. p. 125-146.

LEITE, Mirian Moreira. O terceiro andar da Escola da Praça. *In: REIS, Maria Cândida Delgado (org.). **Caetano de Campos**: fragmentos da história da instrução pública no Estado de São Paulo*. São Paulo: Associação de ex-alunos do Instituto de Educação Caetano de Campos, 1994. p.104-114.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. São Paulo Antigo, uma encomenda da modernidade: as fotografias de Militão nas pinturas do Museu Paulista. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, n. 1, p. 147-178, 1993.

MARINS, Paulo Garcez. O museu da paz: sobre a pintura histórica no Museu Paulista durante a gestão Taunay. *In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org.). **O Museu Paulista e a gestão Afonso Taunay**: escrita da história e historiografia, séculos XIX e XX*. São Paulo: Museu Paulista da USP, 2017. p. 159-191.

MONTEIRO, John. Caçando com gato: raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 38, p. 61-78, 1994.

MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (org.). **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

NICODEMO, Thiago Lima. **Urdidura do Vivido**: Visão do Paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950. São Paulo: Editora da USP, 2008.

NICODEMO, Thiago Lima; PEREIRA, Matheus Henrique de Faria.; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. **Uma Introdução à História da Historiografia Brasileira. 1870-1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Crítica, Método e Escrita da História em João Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. Odisseias do conceito moderno de história: "Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen", de Capistrano de Abreu, e "O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos", de Sérgio Buarque de Holanda, revisitados. **Revista IEB**, São Paulo, n. 50, p. 27-78, set./mar. 2010.

RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. **Lídia Besouchet e Newton Freitas**: mediações políticas e intelectuais entre o Brasil e o Rio da Prata (1938-1950). 2016. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

RIBEIRO, Joaquim. Problemas fundamentais do folclore dos bandeirantes. *In*: TAUNAY, Afonso de *et al.* **Curso de Bandeirologia**. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946. p. 105-124.

RICARDO, Cassiano. **Pequeno ensaio de bandeirologia**. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1956.

ROIZ, Diogo da Silva. **A dialética entre o "intelectual-letrado" e o "letrado-intelectual"**: projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2013.

ROIZ, Diogo da Silva. **Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino**. Curitiba: Appris, 2012.

São Paulo de ontem, de hoje e de amanhã. **Boletim do Departamento Estadual de Informações**, ano VI, n. 21, janeiro a junho de 1946.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Os Paulistas e os outros: fama e infâmia na representação dos moradores da capitania de São Paulo nas letras dos séc. XVII e XVIII. **Projeto História**, São Paulo, n. 57, p. 84-107, 2016.

SILVA, Veronica Rocha da. **O bandeirismo não é apenas um tema do passado**: bandeirantes, entradas e bandeiras na construção historiográfica no Curso de Bandeirologia (1946). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SILVEIRA, Pedro Telles da. **Um lance de retórica**: retórica e linguagem na construção do discurso histórico. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

SOUZA, Laura de Mello e. Vícios, virtudes e sentimento regional: São Paulo, da lenda negra à lenda áurea. **Revista de História**, São Paulo, n. 142-143, p. 261-276, 2000.

ROIZ, Diogo da Silva. Prefácio: Sinfonia inacabada. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções e Capítulos de expansão paulista**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 7-15.

TAUNAY, Afonso de Escragnole. O bandeirismo e os primeiros caminhos do Brasil. *In*: TAUNAY, Afonso de *et al.* **Curso de Bandeirologia**. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946. p. 5-28.

TAUNAY, Afonso de Escragnole. Discurso de posse como sócio efetivo do IHGSP. **RIHGSP**, São Paulo, v. 17, 1912.

TAUNAY, Afonso de Escragnole. Heurística paulista e brasileira. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 4, 1931.

TAUNAY, Afonso de Escragnole. **História geral das bandeiras paulistas**: escrita à vista de avultada documentação inédita dos arquivos brasileiros, espanhóis e portugueses. São Paulo: Tipografia Ideal; H. L. Canton & Imprensa Oficial do Estado, 1924-1950. 11 t.

TAUNAY, Afonso de Escragnole. Os quatro primeiros lustros de vida do Instituto. **RIHGSP**, São Paulo, v. 19, 1914.

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

### BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Karina Anhezini é doutora em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) - campus de Franca, com Pós-Doutorado na Universidade Paris 8 - Vincennes-Saint-Denis e no Instituto de História do Tempo Presente (IHTP). É vice-presidente da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia - SBTHH (2018-2021); coordena o Programa de Pós-graduação em História da UNESP (2021-2025) e é Editora Chefe da *Revista História* (São Paulo). Possui pesquisas voltadas para a História da Historiografia e Teoria da História, atuando principalmente nos seguintes temas: Historiografia brasileira, História de São Paulo, Afonso Taunay, biografia intelectual, museus e memória.

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Av. Eufrásia Monteiro Petrágli, 900 - Jardim Dr. Antônio Petrágli, Franca, SP, CEP 14409-160, Brasil.

## FINANCIAMENTO

Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por meio de uma Bolsa de Pesquisa no Exterior (BPE), processo n. 19/23183-0.

## AGRADECIMENTO

O presente texto é resultado do Estágio de Pesquisa realizado na Université Paris 8 - Vincennes - Saint-Denis; Institut d'Histoire du Temps Présent (IHTP), sob a supervisão de Armelle Enders, a quem agradeço a acolhida e sugestões. Agradeço a Temístocles Cezar, Durval Muniz Albuquerque Júnior, Sérgio da Mata, Mara Rodrigues e Daiane Machado que discutiram a primeira ideia deste texto apresentada no GT Teoria da História e História da Historiografia II, no 30. Encontro da Anpuh, ocorrido em Recife-PE, em 2019.

## CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

## APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

## MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

## EDITORES RESPONSÁVEIS

Alexandre Avelar – Editor convidado  
Flávia Varela – Editora Chefe  
Lidiane Soares Rodrigues – Editora convidada  
María Inés Mudrovcic – Editora convidada

## DIREITOS AUTORAIS

Copyright (c) 2021 Karina Anhezini.

## LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



## HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 30 de agosto de 2020.

Aprovado em: 4 de março de 2021.